

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº 017/2014

O **MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua 20 de Março, 337, Centro, registrada no CNPJ sob o nº 94.706.124/0001-30, nesse ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Ricardo Rockenbach**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar no **dia 04 de novembro de 2014, às 09 horas**, na sede desta Prefeitura Municipal, modalidade CONVITE, tipo “menor preço”, regida pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, e suas alterações e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, destinado à **AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E GRAXA**, conforme segue:

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 – É objeto deste edital a aquisição de óleos lubrificantes e graxa para os veículos e máquinas do Município, conforme os itens abaixo descritos:

Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	GRAXA LUBRIFICANTE A BASE DE SABÃO DE CÁLCIO, VISCOSIDADE NLGI2, CONTENDO GRAFITE, UTILIZADA EM TEMPERATURAS DE SERVIÇO DE -5°C ATÉ 60°C, COM 170 KG	TAMBOR	4
2	GRAXA LUBRIFICANTE A BASE DE SABAO DE LÍTIO, CONTENDO DISSULFETO DE MOLIBDÊNIO, CONSISTÊNCIA NLGI2, SUPERANDO PICOS DE 130°C ATÉ 150°C, COM 20 KG	BALDE	8
3	ÓLEO DE TRANSMISSÃO SAE 10W30, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES, M-1135, M-1141, M-1143, AGCO FLUID 821XL, ALLISON C-4, API GL-4, CNH MAT 3525, COM 200 LITROS	TAMBOR	3
4	ÓLEO HIDRÁULICO AW, ISO VG 46 , COM 200 LITROS	TAMBOR	12
5	ÓLEO HIDRÁULICO QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES ATF, TIPO A, ALLISON C4, ME 236.2; COM 200 LITROS	TAMBOR	4
6	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 20W50, PARA VEÍCULOS LEVES, ESPECIFICACAO API SJ , COM 03 LITROS	GALÃO	60
7	ÓLEO PARA CAIXA GL-5 90, ÓLEO PARA DIFERENCIAL SAE 90, CLASSIFICAÇÃO API GL-5, MIL-L-2105D, MB 235.0; COM 200 LITROS	TAMBOR	3
8	ÓLEO VISCOSIDADE 15W40, PARA MOTORES À DIESEL, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES API CI 4 , COM 200 LITROS	TAMBOR	2

1.2 - A entrega será feita em 02 (duas) oportunidades, sendo 50% (cinquenta por cento) dos produtos em **15 (quinze) dias** contados da assinatura do contrato a ser firmado, e os 50% (cinquenta por cento) restantes em **180 (cento e oitenta) dias** contados da assinatura do contrato a ser firmado. Os produtos deverão ser entregues junto a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, sita na Estrada Geral Travesseiro/Picada

Felipe Essig.

1.3 – As quantidades informadas no item 1.1 são máximas, reservando o Município a possibilidade de utilizar supressões ou acréscimos conforme os limites previstos no art. 65, § 1º, LL.

1.4 – Os produtos que não atenderem a um padrão de qualidade satisfatório deverão ser substituídos, sem que caiba qualquer ônus para o Município. Não será aceita a entrega de produtos violados ou que não estejam em perfeitas condições de uso ou remanufaturados.

1.5 - No final da vida útil do produto, o fornecedor compromete-se a retirar as embalagens descartadas e dar uma destinação final conforme estabelecido pelas normas específicas do INMETRO e no artigo 3º, XII da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010 (Logística Reversa), ou ainda outra legislação específica de tratamento de resíduos indicada, se houver. O fornecedor será informado e terá um prazo de no máximo 60 (sessenta) dias para retirada das embalagens residuais no local indicado.

1.6 - O julgamento das propostas levará em conta o preço total de cada item relacionado.

CAPÍTULO II - DA HABILITAÇÃO

2.1 - A habilitação dos licitantes para participarem da presente licitação será determinada pela apresentação dos seguintes documentos:

- a) Contrato Social ou equivalente;
- b) Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débito com o INSS;
- d) Certidão Negativa de Débito com o FGTS;
- e) Certidão Negativa junto à Fazenda Municipal da sede da licitante;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g) Os óleos lubrificantes e graxa deverão ser entregues acompanhados do Certificado de Qualidade ou homologação do produto, de acordo com o ISO 9001, 14001 ou 18001.
- h) Cópia da licença ambiental da licitante, nos termos do art. 2º da Portaria SEMA/FEPAM 001/2003.
- i) Comprovante de cadastro da licitante junto a ANP – Agência Nacional do Petróleo, na forma da Resolução 131/99 da ANP.

2.2 - Os documentos deverão ser apresentados em uma única via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou dígitos ilegíveis.

2.3 - Os documentos deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou acompanhadas dos respectivos originais. Ressalva-se que cópias apresentadas em papel FAX não serão aceitas.

2.4 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em envelope fechado com a seguinte identificação externa:

ENVELOPE Nº 1 - DOCUMENTAÇÃO
MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO
CONVITE Nº 017/2014
"NOME DA EMPRESA"

2.5 - O licitante que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123/06, disciplinados nos itens 2.6 e 4.11 a 4.15 deste Edital, deverá apresentar, no envelope de habilitação, **DECLARAÇÃO**, firmada por contador, de que se enquadra como **microempresa** ou **empresa de pequeno porte**, além de todos os documentos previstos no item 2.1 deste Edital.

2.5.1 - As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que atendido o disposto no *caput* (2.1).

2.6 - A microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos nas alíneas “b” a “e” do item 2.1 desse Edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 02 (dois) dias úteis a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

2.7 - O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa da apresentação de todos os documentos previstos nesse Edital, ainda que apresentem alguma restrição.

2.8 - O prazo de que trata o item 2.6 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

2.9 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 2.6, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no Capítulo IX deste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

CAPÍTULO III – DA PROPOSTA

3.1 - A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via datilografada, digitada ou preenchida em letra de forma legível, datada e assinada, preferencialmente em papel timbrado, em envelope fechado, isenta de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.

3.2 – A **validade da proposta** está condicionada à existência dos seguintes tópicos:

- a)** Preço unitário e total de cada item do objeto desse Edital;
- b)** Prazo de entrega dos produtos solicitados não superior a 15 (quinze) dias contados da emissão da ordem de compra;
- c)** **Identificação da marca** do produto ofertado;

d) Validade da proposta de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

3.3 - A falta de identificação da marca do produto ofertado acarreta a nulidade da proposta apenas em relação ao item não especificado, sendo válida o restante da mesma se observadas as disposições do Edital.

3.4 - A não observância das disposições deste capítulo importa na nulidade de toda a proposta apresentada, ressalvado o disposto no item 3.3.

3.5 - A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado com a seguinte identificação:

**ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA
MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO
CONVITE Nº 017/2014
"NOME DA EMPRESA"**

CAPÍTULO IV - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

4.1 - A documentação e propostas serão recebidas do representante credenciado do licitante no local, dia e hora assinalados nesse Edital, pela Comissão de Licitações, que obedecerá ao rito estabelecido na Lei 8.666/93, sendo que nenhuma proposta será recebida posteriormente nem serão permitidos quaisquer adendos ou modificações.

4.2 - A Comissão receberá simultaneamente, do representante do licitante, os envelopes Nº 01 e Nº 02, abrindo imediatamente o Envelope Nº 01. Se não houver recursos, rubricará todos os documentos nele contidos, observando se estão de acordo com o exigido no Capítulo II, e a seguir dará vistas aos interessados presentes, que também os rubricarão. Havendo recursos, estes serão conhecidos pela Comissão.

4.3 - A Comissão poderá suspender a reunião se entender necessário, para maior exame dos documentos apresentados ou dos recursos interpostos. Neste caso fixará dia, hora e local para comunicar o resultado da fase da habilitação. Ocorrendo esta hipótese, a Comissão e os licitantes rubricarão os envelopes contendo a proposta - **ENVELOPE Nº 02**, os quais continuarão em poder da Comissão.

4.4 - Serão inabilitadas os licitantes que:

- a)** Não atenderem as condições do edital;
- b)** Cujas documentação não tenha sido apresentada na forma prescrita nesse Edital, ou quando apresentarem cópias não autenticadas e desacompanhadas das originais das mesmas para autenticação da Comissão.
- c)** Apresentarem originais ou cópias de documentos com falhas, rasuras ou ilegíveis.
- d)** Deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item 2.1 ou em desacordo com o Capítulo II.

4.5 - A inabilitação do licitante importa na preclusão do direito de participar das fases

subsequentes.

4.6 - Vencida a fase da habilitação e no local, data e hora determinados pela Comissão, serão por ela abertos os **ENVELOPES Nº 02 - PROPOSTA**. Preliminarmente, serão devolvidos, intactos, os **ENVELOPES Nº 02 - PROPOSTA** dos licitantes inabilitados. A Comissão e os participantes rubricarão todas as vias dos documentos contidos nos envelopes abertos.

4.7 - A Comissão de Licitações, previamente, procederá à verificação dos cálculos contidos na proposta e constatando erro, procederá a sua correção do seguinte modo:

I - O erro de multiplicação de preço unitário pela quantidade correspondente, terá corrigido seu produto.

II - O erro da adição será retificado tomando as parcelas corrigidas e substituindo o total proposto pelo corrigido.

4.8 - Serão desclassificadas as propostas de licitantes que:

- a) Estiverem em desacordo com as condições estabelecidas nesse Edital.
- b) Contiverem omissões, rasuras, entrelinhas ou forem ilegíveis.
- c) Se basearem em propostas de outros licitantes.

4.9 - Dentre as propostas aceitas será vencedora a que apresentar o **menor preço** para cada item do objeto do Edital, classificando-se as demais por ordem crescente de preço.

4.10 - Decai do direito de impugnar perante o Município os termos do Edital de Licitação aquele licitante que, o tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.11 - Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que atenderem ao disposto nesse Edital.

4.12 - Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa, pela empresa de pequeno porte ou cooperativa sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

4.13 - A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

4.14 - Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 4.12 deste Edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea *a* deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

4.15 - Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa satisfizer as exigências do item 4.12 deste Edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

4.16 - O disposto nos itens 4.11 a 4.15 deste Edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item 2.5 ou 2.5.1 desse Edital).

4.17 - As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, na forma estabelecida no art. 45, § 2º da lei de Licitações, convocando-se os licitantes a participar, querendo, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

CAPÍTULO V – DOS RECURSOS

5.1 - Dos atos da Comissão de Licitação cabem:

I - recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da publicação do ato ou lavratura da ata nos casos de:

- a)** habilitação ou inabilitação do licitante;
- b)** julgamento das propostas;
- c)** anulação ou revogação da licitação;

II - representação, no prazo de 02 (dois) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

5.2 - A intimação dos atos referidos no item anterior, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrado em ata.

5.3 - Os recursos previstos nas alíneas "a" e "b" do inciso I do item 5.1 terão efeito suspensivo.

5.4 - Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis.

5.5 - Os recursos e a representação devem ser devidamente fundamentados e

endereçados à Comissão de Licitação, na pessoa do seu Presidente.

CAPÍTULO VI - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 - O objeto será recebido:

a) provisoriamente, por funcionário competente quanto da entrega dos produtos;

b) definitivamente, 15 (quinze) dias após o recebimento provisório da totalidade dos produtos desde que até o momento nada conste em desabono às mesmas.

CAPÍTULO VII - DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais.

7.2 - As despesas provenientes desse Edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.3.9.0.30.00.000000 - Material de Consumo (14)

3.3.3.9.0.30.99.000000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos (21007)

03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.3.3.9.0.30.00.000000 - Material de Consumo (34)

3.3.3.9.0.30.99.000000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos (31059)

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - Manutenção do Desenvolvimento do Ensino

2.008 - Manutenção da Secretaria da Educação

3.3.3.9.0.30.00.000000 - Material de Consumo (64)

3.3.3.9.0.30.99.000000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos (51008)

06 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.018 - Manutenção do Fundo da Saúde

3.3.3.9.0.30.00.000000 - Material de Consumo (114)

3.3.3.9.0.30.99.000000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos (61008)

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 - FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA

2.027 - Manutenção Fundo da Agricultura

3.3.90.30.00.000000 - Material de Consumo (178)

3.3.90.30.01.000000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos (71012)

08.01 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

2.031 - Conservação Veículos e Máquinas

3.3.90.30.00.000000 - Material de Consumo (207)

3.3.90.30.01.000000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos (81021)

CAPÍTULO VIII - DAS PENALIDADES

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto desse Edital a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao licitante vencedor as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa na forma prevista no item 8.3;
- III - rescisão do contrato;
- IV - suspensão do direito de licitar junto ao Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- V - declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município.

8.2 - A critério da autoridade competente, a aplicação de quaisquer penalidades acima mencionadas acarretará perda da garantia e todos os seus acréscimos.

8.3 - Será aplicada multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor corrigido no Contrato, quando o licitante vencedor:

- a) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
- b) subcontratar, transferir ou ceder obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização do Município;
- c) executar os serviços em desacordo com as especificações ou normas técnicas, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- d) desatender às determinações da fiscalização;
- e) cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão de infração cometida;
- f) não iniciar, sem justa causa, execução dos serviços ou fornecer os materiais contratados no prazo fixado, estando sua proposta dentro do prazo de validade;
- g) ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 03 (três) dias na execução dos serviços contratados ou fornecimento dos materiais;
- h) recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte, os serviços ou fornecimento contratados;
- i) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que por imprudência, negligência, imperícia, dolosamente ou não, venha a causar danos à contratante ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;

8.4 - A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir comunicado por escrito ao licitante vencedor.

8.5 - As multas serão descontadas dos pagamentos ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

8.6 - Sem prejuízo de outras sanções, aplicar-se-á ao licitante pena de suspensão do direito de licitar com o Município pelo prazo de até 02 (dois) anos, em conformidade com a gravidade da falta cometida.

8.7 - Quando o objeto não for entregue, no todo ou parcialmente, dentro dos prazos estipulados, a suspensão do direito de licitar será automática e perdurará até que seja feita a

entrega do objeto na sua totalidade, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e nesse Edital.

8.8 - O Município restará penalizado, por eventual atraso no pagamento, a corrigir monetariamente o preço ajustado pelo índice do IGPM-FGV ou outro índice oficial que vier a substituí-lo e a fazer incidir juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a data entabulada para pagamento até a sua efetivação.

CAPÍTULO IX - DO LOCAL E HORÁRIOS PARA INFORMAÇÕES

9.1 - Informações referentes a esse Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura, de segundas às sextas-feiras, durante o horário de expediente (item 9.1.1), pelo fone (item 9.1.2) ou e-mail (item 9.1.3):

9.1.1 - Horário: Manhã - 08h às 11h30min
Tarde - 13h30min às 17h

9.1.2 - Fone: (51) 3759-1122

9.1.3 - E-mail: licita@travesseiro.rs.gov.br

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A Administração Municipal poderá optar por apenas uma proposta, rejeitá-las todas, anular ou revogar a Licitação nos casos previstos em Lei sem que, por este motivo, tenham os licitantes direito a qualquer reclamação ou indenização.

10.2 - Os casos omissos relacionados ao presente Edital serão dirimidos pela Comissão de Licitações, observando-se as disposições da Lei 8.666/93.

10.3 - São anexos desse Edital: Anexo I - Modelo de declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa; Anexo II - Minuta de Contrato de Compra e Venda.

Travesseiro, 24 de outubro de 2014.

RICARDO ROCKENBACH
Prefeito Municipal

Esse Edital foi revisado e encontra-se aprovado, quanto à forma, por essa Assessoria Jurídica.
Em 24/10/2014.

EVANDRO WEISHEIMER
Assessoria Jurídica - OAB/RS 51.600

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVA.

_____(nome da empresa)_____, inscrita no CNPJ nº_____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no item 2.1 e 2.1.1 do Edital de Licitações, modalidade **Convite nº 017/2014**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

☐ **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I, Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

☐ **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II, Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

☐ **COOPERATIVA**, receita bruta até o limite de 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do Art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

(localidade), ____de ____de 2014.

Representante Legal

Contador e nº CRC

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.

ANEXO II

CONTRATO DE COMPRA E VENDA

(MINUTA)

CONVITE 017/2014

O **MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua 20 de Março, 337, Centro, registrada no CNPJ sob o nº 94.706.124/0001-30, nesse ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Ricardo Rockenbach**, doravante denominado simplesmente de **COMPRADOR** e **LICITANTE VENCEDORA**, empresa situada na....., inscrita no CNPJ sob o número, nesse ato representada por seu sócio-gerente, Sr., portador do CPF nº, doravante denominada apenas de **VENDEDORA**, firmar o presente Contrato de Compra e Venda, o que fazem com base nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a compra e venda de óleos lubrificantes e graxa, conforme produtos descritos abaixo:

Parágrafo Primeiro – A **VENDEDORA** fica proibida de subcontratar, transferir ou ceder a terceiros o objeto desse contrato sem prévia autorização do **COMPRADOR**.

Parágrafo Segundo – A mercadoria que não apresentar condições de uso será rejeitada, devendo a **VENDEDORA** providenciar sua substituição em até 2 (dois) dias úteis.

Parágrafo Terceiro – No final da vida útil do produto, o fornecedor compromete-se a retirar as embalagens descartadas e dar uma destinação final conforme estabelecido pelas normas específicas do INMETRO e no artigo 3º, XII da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010 (Logística Reversa), ou ainda outra legislação específica de tratamento de resíduos indicada, se houver. O fornecedor será informado e terá um prazo de no máximo 60 (sessenta) dias para retirada das embalagens residuais no local indicado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO: O **COMPRADOR** pagará à **VENDEDORA** a quantia de R\$ pela totalidade do(s) item(s) descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA.

Parágrafo Único – Não haverá reajuste de preço durante o prazo de vigência do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS: A entrega será feita em 02 (duas) oportunidades, sendo 50% (cinquenta por cento) dos produtos em **15 (quinze) dias** contados da assinatura do contrato a ser firmado, e os 50% (cinquenta por cento) restantes em **180 (cento e oitenta) dias** contados da assinatura do contrato. Os produtos deverão ser entregues junto a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, sita na Estrada Geral Travesseiro/Picada Felipe Essig.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até **10 (dez) dias** após a entrega dos produtos, mediante apresentação de nota fiscal discriminativa dos mesmos, sendo que, se o décimo dia não for dia útil, o pagamento será transferido para o primeiro dia útil seguinte.

Parágrafo Primeiro - Somente será efetuado o pagamento mediante apresentação de documento que comprove a regularidade com o FGTS e da CND/INSS.

Parágrafo Segundo - As despesas provenientes deste Contrato correrão por conta das seguintes

dotações orçamentárias:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO
2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.3.3.9.0.30.00.000000 - Material de Consumo (14)
3.3.3.9.0.30.99.000000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos (21007)
03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração
3.3.3.9.0.30.00.000000 - Material de Consumo (34)
3.3.3.9.0.30.99.000000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos (31059)
05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
01 - Manutenção do Desenvolvimento do Ensino
2.008 - Manutenção da Secretaria da Educação
3.3.3.9.0.30.00.000000 - Material de Consumo (64)
3.3.3.9.0.30.99.000000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos (51008)
06 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 - Fundo Municipal da Saúde
2.018 - Manutenção do Fundo da Saúde
3.3.3.9.0.30.00.000000 - Material de Consumo (114)
3.3.3.9.0.30.99.000000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos (61008)
07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA
01 - FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA
2.027 - Manutenção Fundo da Agricultura
3.3.90.30.00.000000 - Material de Consumo (178)
3.3.90.30.01.000000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos (71012)
08.01 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
2.031 - Conservação Veículos e Máquinas
3.3.90.30.00.000000 - Material de Consumo (207)
3.3.90.30.01.000000 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos (81021)

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES – Além das penalidades previstas na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) e no Edital **CONVITE 017/2014**, sujeita-se a **VENDEDORA** às seguintes penalidades:

5.1 - Pela não entrega do objeto do contrato, no todo ou em parte, dentro dos prazos estipulados, a **VENDEDORA** se sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa na forma prevista no item **5.2**;

III - rescisão do contrato;

IV - suspensão do direito de licitar junto ao **COMPRADOR**, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o **COMPRADOR**.

5.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido no Contrato, quando a **VENDEDORA**:

a) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;

b) subcontratar, transferir ou ceder obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização do **COMPRADOR**;

c) entregar o objeto em desacordo com as especificações ou normas técnicas, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;

d) desatender as determinações da fiscalização;

e) cometer qualquer infração as normas legais federais, estaduais e municipais, por meios culposos e/ou dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo, encargos sociais, ou previdenciários, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão de infração cometida, cabendo ao **COMPRADOR** o direito de exigir a Folha de Pagamento dos empregados a qualquer momento;

f) não fornecer os materiais contratados no prazo fixado, estando sua proposta dentro do prazo de validade;

g) ocasionar, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, por ato dos sócios, prepostos ou empregados, danos ao patrimônio do **COMPRADOR** ou de terceiros, independentemente da obrigação da **VENDEDORA** em reparar os danos causados.

5.2.1 - A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir será comunicado por escrito pela fiscalização à **VENDEDORA**.

5.2.2 - As multas serão descontadas dos pagamentos e, quando for o caso, cobradas judicialmente.

5.3 - O **COMPRADOR** restará penalizado, por eventual atraso no pagamento, a corrigir monetariamente o preço ajustado pelo índice do IGPM-FGV ou outro índice oficial que vier a substituí-lo e a fazer incidir juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a data entabulada para pagamento até a sua efetivação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA – Esse contrato terá vigência por 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura, resolvendo-se com o cumprimento do avençado.

Parágrafo Único – A critério do **COMPRADOR**, verificada a presença de oportunidade, conveniência e interesse público, poderá ser aditado o presente contrato, hipóteses em que os valores ajustados na CLÁUSULA SEGUNDA poderão ser atualizados objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, devendo ser comprovadas as eventuais modificações nos custos da **VENDEDORA**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO – O contrato poderá ser rescindido:

I – Por iniciativa do **COMPRADOR**, independente de notificação judicial ou extrajudicial, se a **VENDEDORA**:

a) deixar de cumprir qualquer das obrigações aqui estipuladas;

b) subcontratar, transferir ou ceder a terceiros o objeto desse contrato sem autorização do **COMPRADOR**;

c) demonstrar incapacidade técnica ou má-fé;

II – Por acordo entre as partes, atendida a conveniência do **COMPRADOR**, mediante termo próprio e restando quitadas todas as obrigações pendentes.

Parágrafo Único - Poderá o **COMPRADOR** rescindir unilateralmente o contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, em razão de interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS – A interpretação do presente instrumento fica condicionada ao disposto nas normas gerais de Direito Público vigentes, principalmente a Lei 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – Aplica-se ao presente contrato, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições, cláusulas e propostas apresentadas no processo licitatório – Convite 017/2014.

Parágrafo Segundo - Toda e qualquer modificação desse instrumento somente poderá ser realizada mediante aditamento, desde que observadas as disposições legais pertinentes.

Parágrafo Terceiro – A **VENDEDORA** assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do presente contrato, sejam de natureza ambiental, trabalhista, civil, tributária, previdenciária ou comercial, inexistindo qualquer solidariedade do **COMPRADOR** relativamente a esses encargos ou a eventuais prejuízos causados a terceiros pelos sócios, empregados ou prepostos da **VENDEDORA**.

Parágrafo Quarto - As partes elegem o Foro da cidade de Arroio do Meio/RS para dirimir qualquer dúvida sobre a interpretação desse instrumento.

E por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos.

Travesseiro, xx de xxxx de 2014.

MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO
Ricardo Rockenbach

VENDEDORA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunha: _____
CPF: _____

Testemunha: _____
CPF: _____